

Espaços urbanos e memórias de acontecimentos humanos

Maria do Socorro de Sousa Araújo
Professora do Departamento de História da Unemat,
doutoranda da Unicamp e bolsista da Fapemat
socorroaraujo@terra.com.br

Esse texto se origina a partir da experiência da pesquisa com fontes orais, trabalhando narrativas de homens e mulheres que tem entre setenta e quase cem anos de idade, cujo fundamento é a possibilidade de conhecer, compreender e interpretar várias fisionomias sociais urbanas da cidade de Cáceres/MT, (lugar onde sempre viveram) nas diferentes temporalidades expressas nos relatos de memória.

Diferente do documento escrito que compõem os acervos nos arquivos, trabalhar com as fontes orais como relatos de memória, que nesse caso se remetem ao registro de histórias de vida, há certamente um outro ar de sedução que mobiliza falantes e ouvintes. Entretanto, ao trabalho com fontes orais deve-se dispensar o mesmo rigor metodológico utilizado em qualquer outra pesquisa. A narrativa é tecida por relatos de memórias vividas, “herdadas”, inventariadas, que revela experiências de vida e ganham sentidos na sua forma verbalizada, seja oral ou escrita. Os relatos de lembranças revitalizam as pessoas porque possibilita produzir e atribuir significações especiais aos tempos vividos. Essas experiências de vida são narrativas de *mundos* em movimento que não cessam de ser *construídos* e, nesse processo, configuram e reconfiguram outros sujeitos que operam uma variedade de relações mediadas por propósitos, conflitos, confrontos, alianças, etc.

Os relatos orais nos permitem também conhecer múltiplos sentidos que seus intérpretes conferem aos espaços urbanos, revelando comportamentos sociais que carregam cores e linguagens do seu tempo. Assim, longe de ser definida apenas pelos seus aspectos físicos, as cidades são constituídas de acontecimentos pelos quais, as experiências humanas, sejam individuais e/ou coletivas, expressam as singularidades e as dimensões de sociabilidade de seus habitantes. Nessa ótica, podemos também conceber a cidade como um substrato que articula os indivíduos e os grupos sociais, permeada por uma multiplicidade de representações dos acontecimentos.

Os lugares da cidade estão carregados de memórias individuais e coletivas que se constroem e se reconstroem no cruzamento entre experiências vividas e as múltiplas práticas sociais. Essas práticas emitem signos porque são contraídas em instantes e

lugares de memórias, sejam das pessoas que testemunham os eventos ou mesmo daquelas que as constituem “por tabela”, como defende Michael Pollak, (1992).

Dessa forma, os “lugares da cidade”, por se constituírem em espaços das experiências humanas, com suas complexidades tecidas por feixes de singularidades expressam, na memória das pessoas que deles se apropriam, a re-significação do vivido. Essa relação de significados entre a memória e os lugares leva o historiador a interpretar as ações coletivas como aspectos de um tempo histórico. A rememoração dos eventos tira os “lugares da cidade” do anonimato e revitalizam-nos em espaços de vivências. Os lugares fazem parte da vida das pessoas porque também essas pessoas dão vida aos espaços da cidade.

Entretanto, o sentido das vivências que articulam as práticas cotidianas das pessoas, não cabe nos escritos apenas apalavrados. Cabe-nos, portanto, enquanto produtores de linguagens e *operários* da história, lançar um olhar mais apurado sobre lugares que nos permita pensar a multiplicidade dessas práticas constituidoras dos espaços das cidades. Propomos, então, perceber o encadeamento das experiências de vida que dão contornos às percepções de mundo expressas nas atitudes humanas, com as quais diversos grupos sociais fundam lugares e os assinalam como *lugar comum da história*.

Cáceres é uma cidade bicentenária e foi pensada como uma peça de delimitação de fronteiras entre os impérios português e espanhol. Situada no oeste do estado de Mato Grosso, à margem esquerda do rio Paraguai, desde 1778 o entorno da igreja matriz, além de nortear a disposição das ruas, compõe o núcleo urbano juntamente com as águas do rio e a Praça Barão do Rio Branco. Essa forma descritiva não é suficiente para apresentar a cidade de Cáceres sob um olhar horizontal, tendo como suporte escriturístico o traçado urbano, dados geo-históricos e leituras de documentos oficiais. A cidade não é um todo homogêneo onde as pessoas a vêem solidamente, mas estas, tomadas de suas vivências, conferem significações diversas aos espaços que coabitam. São as narrativas de memória que esboçam os sentidos outorgados aos espaços urbanos.

Alguns pontos da cidade de Cáceres como, por exemplo, o bairro Cavallhada e a Ponte Branca, entre outros, ganham sentidos excepcionais no relato de dona Glicéria do Couto, uma mulher de 96 anos de idade, que imprime ao passado uma feição de presença pelas lembranças dos tempos vividos. Na cartografia de suas experiências, ela constrói encantos que delineiam e embalam os espaços da cidade. Nas páginas que

narrou, há um percurso de vida em que reúne acontecimentos, nomeia pessoas e mapeia lugares, porém a atitude de contar suas experiências revela um desejo da narradora de se encontrar consigo mesma.

Dona Glicéria nasceu e cresceu no bairro Cavanhada, lugar conhecido como um dos mais antigos da cidade, que se distanciava do centro urbano apenas por um córrego chamado Sangradouro. Sobre este, havia uma ponte de pedra que ligava as duas margens, fazendo o encontro dos dois mundos, até o ano de 1998 quando a ação urbanística e a idéia de progresso, literalmente, enterraram o Sangradouro e explodiram a Ponte Branca.

Geo-grafando a Ponte, ela pode ser apresentada como uma construção de alvenaria datada de 1910, destinada a fazer a travessia entre dois pontos da cidade: o bairro Cavanhada e o centro. Com aproximadamente oito metros de largura e quarenta de comprimento, ela comportava um elevador de 30 graus assentada em um suporte inferior de tijolos maciços formado por dois grandes arcos, que por eles se escoava as águas fluviais em direção ao rio. Toda em pedra canga, sedimentada com liga de cal, a ponte era adornada por duas varandas laterais.

Noutra perspectiva, diríamos que com traços ibéricos, a ponte assinalava o tempo dos carros de bois e parecia abraçar lugares aparentemente separados. Para situar os dois lugares (centro e Cavanhada), que delimitavam o desenho urbano da cidade, certamente alguém diria que naquela época, *o povo espiava o centro p'ro riba das águas e chegava até lá do outro lado passando p'ro riba da ponte.*

As lembranças reterritorializam as pessoas e as reconduzem às trilhas das experiências vividas. Passado e presente não se cruzam nas linhas do tempo, mas se instituem como uma mesma temporalidade. Reterritorializada pelo seu relato, Dona Glicéria revisita a Ponte Branca, não como um espaço rotineiro de passagem, mas como ponto de reencontros. Nessa compreensão, é imprescindível conhecer parte do relato da narradora:

Êita eu que senti que acabaram com essa Ponte Branca, viu!? Ali, no mês do luar..., no mês de abril reunia aquele bando de moçada cada um com o namorado. Era eu com o Luiz do Couto, não era o Onor do Couto, era Luiz, primo dele; eu com o Luiz do Couto, Negrinha com Fanaia, comadre Sinhá, (Anasita), Ana Sílvia com Mané Fontes que casou com Orestina, Adelaide com Martruir, Balbina do Amaral com... num sei quem, Tunica com Isidoro..., num sei quem com num sei quem, mas ficava de uma ponta noutra, na noite de luar, viu?

De fato, a ponte escutava murmúrios, guardava segredos, escrevia histórias. O relato expressa uma ponte portadora de signos, configurados pela geografização dos afetos e por isso mesmo, o espaço dos amores vividos e das ternuras nunca desfeitas. O desaparecimento material da ponte significa um massacre à memória social da cidade, pelo qual muitas pessoas lamentam a insensibilidade e a insensatez da gestão pública da época. Muito mais que um desabafo, dona Glicéria se sente aviltada e num tom de indignação, diz:

...gente, porque que não protestaram, né? Vai acabando com tudo que é bom, que é antigo; a Ponte Branca foi um crime, dos maiores... Foi a pior... coisa que podiam fazer é tirar essa Ponte Branca, gente?! Esse sangradouro não podia passar ali com ela ali retocada? Essa Ponte Branca me lembra tanto que até a gente chora! Tantos episódios, tanta coisa boa! Ah, Deus me livre, viu? É... faz muita coisa errada, esses prefeitos que entram. Entra outro, cada um quer saber mais que o outro, num consulta... num segue a população, os anseios do povo mais antigo. O povo mais antigo é que sabe, né? É... garanto se fosse Dr. Fontes, Dr. Nito, o Dormevil, não arrancariam essa ponte!

E ainda referindo-se diretamente à responsabilidade do então gestor público municipal, sobretudo pelo fato de ele – o prefeito – não ser um nativo da cidade de Cáceres, a narradora completou:

...pois é, você sabe, ele num é daqui, vai fazer uma brutalidade dessas, uma estupidez! A Ponte Branca era uma ponte intocável, que não podia mexer nela, viu? Eu senti demais! Tanta recordação... Lua cheia, nós lá, nós lá na Ponte Branca, viu? Tanta recordação eu tinha por aquela ponte... foi tudo de água abaixo, nada restou... só solidão!

O fragmento acima transcrito traz um cenário especial e comum ao mesmo tempo: o jogo das funcionalidades que organiza a vida entre o permitido e o proibido, articulando múltiplos usos dos espaços público e privado.

Nos registros de memória, além da verbalização, outros sinais compõem a peça narrativa. O destaque especial é para a singularidade com que os traços mímicos e os tons de voz desenham filetes de lembranças. Estes impõem uma força extraordinária ao relato porque produz um movimento do corpo e o faz falar. Assim como os ambientes, o corpo é também um artefato narrativo. Ele ganha relevo pelo que é visível e não pelo o que é audível, por isso impõe aos outros, um olhar de decifração. A manifestação de gestos, as entonações de vozes, as reticências silenciosas e as expressões faciais compõem a peça narrativa porque articulam linguagens simbólicas.

Nessa perspectiva, os movimentos que entrelaçam pessoas, atitudes e lugares, possibilitando desenhar e dar sentido aos traçados da cidade, são inscrições de lembranças, cujas dimensões aparecem nos registros de memória. Daí, considerar a

narrativa como “prática discursiva” que tende a dar relevo aos textos de história, pois como ressalta Guimarães Neto, (2003, p. 01) “carregam imagens saturadas de vestígios do passado e imagens portadoras de signos do futuro, segundo linhas superpostas do tempo, e que se entrelaçam às tramas da vida urbana; descrevem e refiguram os espaços das cidades em sua vivência cotidiana, tensa, fragmentada e descontínua”.

Nas primeiras décadas do século XX, o desenho social da cidade de Cáceres passava pela imponência das famílias tradicionais cujos sobrenomes classificavam pessoas como distintivos sociais e elegiam espaços nobres de convivências. O bairro Cavallhada, assim chamado pelos folguedos do mesmo nome, era considerado um lugar sub-urbano, enquanto que o centro era codificado como território de fidalgos. Articulando relatos de memória e narrativas de lugares, dona Glicéria nos apresenta a rua em que morava, assim:

...papai morava lá na Rua Cavallhada, mas ali, naquele trecho falavam Rua Fura Bucho, porque ali um homem matou um outro e foi só tripa p'ra fora... furou o bucho dele, né, então ficou chamando rua do Fura Bucho, mas nós p'ra num *coisar*, falávamos Fura Bucho é mais p'ra lá, p'ra num atingir nossa rua, porque ali é Cavallhada...

Com uma força demarcadora de signos, a narradora impõe o lugar de sua fala. Esse também era um tempo em que a cidade também se constituía pelas normas de civilidade que instituía códigos de comportamentos públicos e privados. Portanto, “batizar” a rua de “Fura Bucho”, pelo episódio do homicídio, significava selvageria, primitivismo, que carecia de civilidade; e quando a narradora diz *Fura Bucho é mais p'ra lá*, ela produz para si um lugar de distinção social associado à idealização de um espaço de civilidade. Dessa forma, seu discurso também representa e revela artifícios com que as pessoas lutavam contra os estereótipos, artifícios discursivos de distinção entre nobres e não nobres.

Na sua narrativa, dona Glicéria nos leva a revisitar espaços da cidade que até hoje continuam conferindo sentidos à sua vida. A memória, então, é um artefato construído a partir de uma teia de sentidos que articula lugares, pessoas e acontecimentos, tendo um caráter seletivo, pois nem tudo o que se vive fica registrado. Simultaneamente, a memória também é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma relação estreita com o sentimento de identidade, esta, por sua vez, é aqui pensada como um caminho muito particular de reconhecer-se a si mesmo,

operando a imagem de si, para si e para os outros. É nesse sentido que a memória para Michael Pollak (1992, p. 204) é definida como

a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

É com essa força discursiva que os relatos de memórias de pessoas comuns, que se dispuseram a contar suas histórias de vida, produzem enredos que revelam a arte de inventar a vida. O movimento das lembranças dessas pessoas foi ganhando vida no ato de recordar e, sobretudo, naquilo que escolheram para nos contar. A recordação também foi tomada como um artifício poderoso com que homens e mulheres revisitaram suas experiências, reencontrando propósitos e despropósitos, afetos e desafetos, sabores e dissabores, gestos, artimanhas, odores e saudades dos tempos vividos. Os sorrisos, os choros e as hesitações pronunciados pelo corpo de quem narra, quase sempre em momentos inesperados das lembranças, inevitavelmente, possibilitam compreender linguagens para além da força das falas.

A experiência de relatar memórias institui um sentido para a vida humana que marca a vivência das pessoas. O cheiro das comidas, os sons das serenatas, as festas de santos, o *footing* nas praças, a partida e chegada dos barcos, os bailes nos clubes, a infância, os casamentos, a vida escolar, os encontros com as pessoas, as disputas políticas, os costumes e tradições, entre outros aspectos, são traços das memórias que desenham territórios dos sujeitos e rabiscam o traçado dos lugares em que se realizaram as experiências humanas.

Narrando sua decisão de casar-se, Renato Vidal Garcia, um senhor com 73 anos de idade, ex-comerciante, recompõe algumas cenas dessa passagem de sua vida, da seguinte forma:

O pedido foi interessante: eu estava na casa de um senhor e resolvi fazer o pedido, ele é sogro do Adão, lá de Poconé. Eu estava por volta de dez, onze horas na casa do senhor Leonildes Pereira Leite, um grande amigo meu, e como eu gostava de uma cervejada e tal, também não fui fazer o pedido porque estava tomando, eu precisava de alguém que me ajudasse a empurrar, me dá aquela coragem, eu já tinha prevenido a Neuza que ia falar com o pai dela, aí seu Leonildes até me ofereceu: “você quer, eu vou lá com você”, eu falei: não, obrigado, eu vou com os meus companheiros. E fui eu, o Touro, foi Américo, sargento Wilson, Leontino, Pedrinho da drogaria, uns cinco rapazes, nós fomos lá assim: vamos lá. Chegamos lá na casa da Neuza, bem na Praça Rondon, e o costume do meu sogro era ficar sentado numa área, ele e a minha sogra; nós chegamos quase na hora do almoço, mas ele ainda estava ali, aí nós viemos de lá de seu Leonildes aqui, viemos caminhando e ensaiando como era, o que era que eu iria dizer e como era que eu iria chegar nele; (risos) aí, chegamos lá

com aquele batalhão, quatro, cinco jovens, né, aí abri o jogo que já estava namorando e que pretendia casar com ela. Parece que ele falou: “casar?” eu falei: sim, casar com ela. Aí ele ficou quieto assim, abaixou a cabeça e chamou: “Nenê?” que era a esposa dele, “Nenê?”, chamou umas duas vezes, e dona Nenê veio: “o rapaz aqui veio pedir a Neuza em casamento”; me parece, não recordo bem, ele meio que demorou, aí eu falei: eu gostaria de uma resposta agora. Parece-me, parece que foi assim. Aí o casal vai e chama Neuza e falou: “olha o rapaz veio pedir você em casamento, você quer casar com ele?” Neuza respondeu na bucha, assim: “quero casar com ele” - “então, aceito”. Foi assim, ele era durão e falou assim: “eu não gosto de noivado longo” (risos), eu falei: não, é pra já. Parece-me que o pedido foi em abril, maio, e eu falei: pra dezembro tá bom? - “então tá bom, já fica marcado, já vamos aproveitar e marcar pra oito de dezembro”, falei: então, tá fechado.

A reconstituição dessas cenas aponta particularidades dos comportamentos sociais que povoavam a cidade há quase meio século. Um deles era a formalização do “pedido de casamento”, no qual o interessado, obrigatoriamente, como regra social então vigente, dirigia-se ao pai da moça para obter deste o devido consentimento. Essa conduta significava, portanto, boa índole, boa fé e responsabilidade de *gente grande*. Era possível que o consentimento narrado fosse precedido de um conhecimento prévio do futuro sogro sobre o candidato a genro, especialmente, no que concernia aos antecedentes e pertencimentos familiares porque isso sinalizava uma referência social, o que certamente ajudou a cancelar o aceite.

Um outro aspecto revelado na narrativa é a produção de um certo rito de passagem, ou seja, a narrativa que apresenta a decisão de enfrentar o futuro sogro, representa a passagem do menino-rapaz para o *homem-feito*. Mesmo que a determinação da atitude tenha se construído numa partilha com os seus iguais, o relato institui o sujeito autônomo, circunscrito a si mesmo, que notadamente, ganha força no diálogo com o pai da moça e na dispensa da ajuda do senhor Leonildes Pereira.

Por um lado, o amparo de um homem com mais idade, certamente, indicaria uma tutela vexatória do rapaz perante o futuro sogro e assim impingia-lhe a condição de incapaz para uma decisão tão importante. Por outro, recusar a companhia do senhor Leonildes seguida da determinação e do encorajamento para o ato do pedido, produziu a afirmação de si, mesmo que para isso fosse necessário “ensaiar” o pedido durante o trajeto, juntamente com sua *companheirada*.

Pelos lugares da cidade que se dão a conhecer, percebemos que os comportamentos humanos, individuais e coletivos, configuram a dinâmica social urbana. Entretanto, as diversas práticas de sociabilidades que se povoam de signos e habitam os labirintos sociais podem ser conhecidas pelas narrativas das pessoas. Então,

a cidade se torna visível pelas relações que estabelece entre as pessoas, os lugares e os acontecimentos do passado.

A cidade não se constitui apenas pelo seu traçado geográfico, mas a geografização dos espaços urbanos vitalizam-se pela teia de sentidos e simbologias que as atitudes humanas constroem. A teia das significações da cidade de Cáceres ganha movimentos multifacetados, nos relatos de memória de pessoas que contam suas experiências de vida. O caráter narrativo dos registros de memória, mediado pelas relações simbólicas, que também institui tempos de vida, possibilita conhecer os espaços de convivências sociais, bem como as estratégias de uso e as diferentes significações que legitimam ou não os espaços da cidade. Sobre o caráter simbólico que demarcava a distinção social, a costureira Zaira Catelan fez o seguinte registro:

Na época em que eu cheguei aqui, o Humaitá era da alta sociedade. Então, a gente era pobre, não podia frequentar muito porque não podia repetir roupa, não podia repetir sapato. E se uma moça, naquele tempo falava pular cerca, agora hoje é ficar, (risos) é ficar, não é? Se a sociedade descobria que você estava lá dançando, porque lá era de quem tinha dinheiro, aí vinha um cartão azul na mesa e você tinha que se retirar, se você não saísse dali vinham os associados lá, os que tomavam conta do Clube, e tiravam a pessoa. Aí você não podia mais frequentar o Humaitá; podia frequentar o UBSSC e o Mato Grosso, mas lá no Humaitá você não podia não.

Mais que um objeto manufaturado, *cartão azul* pode ser compreendido como um signo recorrente que permeia discursos dos costumes populares em algumas regiões brasileiras, fazendo parte de condutas éticas e estéticas, sobre as quais se registrava um pertencimento social. Embora sutilmente, mas constante também nos relatos de outras pessoas, a demarcação dos territórios sociais da cidade de Cáceres foi assinalada entre o Clube Humaitá para os *nobres* e o Esporte Clube Mato Grosso para os *pobres*. A curiosidade sobre o assunto relatado foi tamanha que originou a seguinte pergunta: mas, quando convidavam a pessoa para se retirar do Clube como isso era feito e o quê diziam? E como se fosse possível reaver o seu passado demarcado pelo sentimento de não pertencimento àquele mundo social, ou como quem refuta um procedimento elitista inaceitável até hoje, a entrevistada respondeu assim:

Não dizia nada porque cada mesa tinha seu vasinho de flor, aí chegava e enfiava o cartãozinho assim debaixo do vaso, e aí a coisa esparramava porque aquelas mulheres velhas ficavam sentadas na mesa cuidando das filhas, só assim butucando, reparando; eu mesma não frequentava o Humaitá porque a gente era pobre, não podia frequentar a alta sociedade; e hoje eu vejo elas na rua e falo: quem te viu, que te veja!” Eu, humilde, não tinha dinheiro, meu pai tinha uma terrinha, mas não tinha dinheiro pra gente gastar assim; a família era grande, de oito filhos, né? E hoje, aquelas moças daquele povo Foad Gattass, Costa Marques, família Garcia..., hã, minha

filha, acabou, né? De onde só tira e não põe, né? Pois é, eu vim conhecer esse cartão azul aqui, porque lá em Dourados nunca tinha visto isso não. Lá, a gente freqüentava bons clubes, lá não tinha essas..., (risos)

Esse relato sugere pensar também um acerto de contas com o passado, pelo qual o quantitativo financeiro ou posses materiais eram marcas de distinção que estabeleciam e delimitavam as fronteiras entre o ser e o ter, entre o estar e o não poder ficar nos eventos do Clube Humaitá. A lembrança do cartão azul que escapa do relato parece ganhar legitimidade quando vinculado ao olhar vigilante das *mulheres velhas*, pois a essas matriarcas foi impingida a função de mapear o espaço social do clube; daí essa tarefa de produzir um controle do território da elite urbana. Percebendo com outro olhar, a condição que algumas pessoas comuns encontravam para frequentar lugares codificados como não permissíveis a elas, pode ser concebida como estratégias que expõem os confrontos da modernidade, da dinâmica urbana e dos pertencimentos.

A entrevistada também dá visibilidade ao grau de distinção social da cidade por um outro mecanismo: o nome familiar, uma vez que as assinaturas Costa Marques, Garcia e Foad Gattaas, entre outras, assinalavam brasões de fidalguias. Porém, com uma forma muito particular de dizer-se e dizer-nos da dinâmica social urbana, a depoente tece um encontro dos tempos, no qual as diferenças sociais expostas no passado como exorbitantes e até soberbas, agora conferem àquelas pessoas a condição de uma *gente* comum, por isso a expressão *quem te viu, que te veja!*

Como quem esperava por um tempo em que poderia enfrentar e denunciar uma codificação injusta que impuseram em épocas anteriores, a entrevistada parece conferir, enfim, a destituição da soberba, por isso a expressão: *hã, minha filha, acabou, né?*. E como se tivesse profetizado uma sentença pelas condutas arrogantes, ela ainda diz: *de onde só tira e não põe..., né?* É como se aquela existência humana tivesse se pautado somente pela dimensão do TER; ao que parece, é que quando as posses minguaram a presença/existência daquelas pessoas se esgarçou e assim, elas se dissolveram no anonimato; com o passar do tempo a cidade se alterou e elas se tornaram apenas pessoas comuns. Mesmo que não apareça assim tão fortemente explicitado em outras memórias, a utilização de estratégias para a segregação social era uma prática recorrente, porém em quase todos os relatos o Humaitá aparece registrado como o clube em que a elite de Cáceres frequentava assiduamente.

Outros lugares que fazem parte da cidade são as fazendas, pois até a década de 1970, a vida diária era fortemente compactada entre o campo e a cidade, como se uma

fosse a extensão da outra. Considerando temporalidades distintas, Descalvados, Jacobina, Barranco Vermelho, Ressaca, Facão, entre outras, eram lugares rurais que também compunham os territórios da cidade de Cáceres.

A fazenda Jacobina, por exemplo, é um lugar bicentenário, firmado no modelo de sesmaria, que carrega marcas históricas de um tempo moderno assinalado pela ordem escravocrata brasileira. Seus variados relatos são desenhados como um misto de ficção e realidade, povoando o imaginário coletivo, e aparecem inscritos na memória social da cidade de Cáceres. Como território colonial, a fazenda produzia açúcar e aguardente. Até hoje, lá ainda é um lugar lembrado pelas marcas da escravidão e pelo movimento de pessoas que trabalhavam na produção agro-industrial.

É tateando palavras e mapeando experiências narradas que, especialmente, apresento a figura de Antonio Matias, um senhor de noventa e cinco anos de idade, negro, pobre, franzino, de poucas letras, que começou a vida trabalhando em atividades rurais, mas deu a entender que não se sujeitou totalmente às ordens das relações de mando, nas quais a obediência incontestável parecia chacotear seus brios. A força do seu relato teve como referência a fazenda Jacobina, lugar onde passou boa parte das experiências de vida.

No mosaico do seu dizer, ele parece conversar consigo mesmo e se constrói como o sujeito que revisita um passado para com ele nutrir sua alma. Nas várias tonalidades de vozes, na força de sua fala e no traçado de seus gestos corporais, ele encenou feições das temporalidades e das experiências vividas demarcadas por lutas um tanto quanto sutis e outras nem tanto.

Por volta de 1940, o então proprietário João Carlos Pereira Leite vendeu as terras da Jacobina para Vitório de Lara que, pela trama narrada, o novo proprietário não se mostrara tão receptivo para que algumas pessoas continuassem trabalhando na fazenda. Esse comportamento fez seu Antonio procurar trabalho noutra lugar, com “outra gente”, até quando ele recebeu um mensageiro:

Antônio, a minha chegada aqui é o seguinte: você compreende bem daquelas máquinas da Jacobina? Falei: compreendo. “Aquele alambique, você sabe”? Sei. “E se por acaso, se for preciso você trabalhar nele você trabalha”? Trabalho. “É porque senhor Vitório comprou a Jacobina e vai reabrir a usina e quer fazer açúcar e pinga, outra vez. Ele comprou a patente do Alfredo Calix e agora ele tem licença para abrir a usina outra vez. Então eu vim te convidar pra você ir pra lá, ele tá procurando uma pessoa que saiba lutar com esse troço”. Aí eu pensei e falei: mas esse homem num dizem que é brabo, eu acho que não vai dá certo. Ele falou: “dá certo. Ele não é brabo, ele é um homem franco, se ele tem mágoa de você, ele não vai falar pra mim, ele te

chama e fala a verdade”. Falei: ah, bom! nesse caso... “por isso eu tenho certeza que vocês vão viver muito tempo sem ter uma discussão. Em todo caso, se você não ajeitar com ele e ele não ajeitar com você, eu tenho meu sítio lá, você pode ir pra lá e morar o tempo que você quiser”.

Num primeiro plano, esse trecho do relato revela uma observação sobre o que ele conhece, “por ouvir dizer”, do temperamento pessoal do Vitório; e em seguida, registra um tom de desafio como quem aposta na experimentação de uma possível convivência com o fazendeiro-proprietário. Num segundo plano, o empreendimento de voltar para Jacobina se remete a duas situações: uma delas diz respeito à credibilidade que o portador goza e a outra era a possibilidade de reatar relações afetivas com um lugar que lhe viu crescer, pois a fazenda Jacobina muito simboliza as primeiras aprendizagens de sua vida.

Outro ponto que demarca o tom do relato é a autoridade das falas, nas quais se institui um estado de compromisso entre os atores envolvidos, ou seja, há uma condição moral/ética na palavra empenhada que se remete a uma promessa feita, o que embute em si mesma o cumprimento do acordo selado. A expressão: “ah, bom!..., nesse caso...” representa o credenciamento da palavra dada que encerra uma quase certeza de enfrentar o desafio permitindo-lhe à condição de conhecer e aferir outros valores comportamentais do proprietário da fazenda. Futuramente, a prática desse convívio oportunizaria a feitura de um outro relato ou a confirmação daquele anterior que já aparecia feito e conhecido. Viver essa proximidade deveria legitimar seu discurso pelo caráter testemunhal que poderia adquirir, por isso se tornaria interessante a experimentação da convivência.

Entre os dois personagens do relato, alguns valores que permeiam regras de comportamentos e convivências sociais ganham relevo no diálogo. Um deles é a lealdade, que incorpora um sentimento de confiabilidade entre ambos. Ao assegurar a condição de “homem franco” ao senhor Vitório, o mensageiro produz uma firmeza de fala, o que confere um estatuto de verdade à palavra dada. A experiência trabalhista do depoente acontece num campo de forças definido pela capacidade de saber fazer-se e ganha importância, sobretudo, no ato de narrar.

Ao falar de si, seu Antonio dar a conhecer a destreza com que articulou os jogos da vida e algumas das formas de fazê-los, refazê-los e desfazê-los, num movimento contínuo. É num palco de encenações em que estão postos ele e os outros viventes, atuando intensamente em teias de representações que expõe atitudes e

condutas dos atores envolvidos, conferindo-lhes certo grau de contentamento, ou como diz Michel de Certeau (2000, p. 79), “nesses estrategemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor”.

Juntamente com os filhos, seu Antonio trabalhava no eito da fazenda. Certa vez, dado o destrato que o Vitório fez contra um dos filhos seu Antonio decide ir embora da Jacobina, porém planeja a ação sorratamente procurando um advogado e conseguindo deste uma carta de demissão que fora datada somente no dia da entrega ao patrão. Como um desses combatentes *certeauniano*, seu Antonio relatou parte de um lance do convívio com o patrão assim:

Cheguei lá, ele tava sentado numa cadeira preguiçosa, até meio cochilando, - a mulher dele tava aqui na cidade -, ele sozinho lá sentado numa sala, falei: boa tarde compadre, ele falou: “boa tarde compadre, como vai tudo bem”? Falei: tudo bem, graças a Deus vou levando a vida. Aí: “o quê que é compadre?” Aí, tirei a carta do bolso e entreguei pra ele: “hã ham, o que é que é esse”? Falei: uma carta. “Ah, quem mandou?” Falei: eu que tou entregando pro senhor. Ele já ficou veiaço; tirou a carta do envelope, leu, leu. “hum!, agora é só até o dia 25 de Dezembro?” Falei: só? Ele falou: “porque você vai querer sair compadre, você com esse familhão, vai sair daqui, vai pra cidade, a cidade tá ruim de lutar...” Eu falei: eu preciso levar as crianças pra aprender alguma coisa, eles já tão crescendo e precisa aprender alguma coisinha pra não ficar só no bater enxada e correr boi, não dá certo. Ele falou: “você vai sair, mas a porta que o senhor sair vai ficar aberta, qualquer hora que quiser pode voltar que nós trabalha”. Tá bom. E aí, antes disso, parece que alguém contou pra ele que eu tava meio querendo ir embora, ele já tava meio desconfiado, ele falou pra mim: “compadre”, - parece que era pra me segurar lá -, “eu vou no Uberaba, vou trazer de lá cinquenta vacas pra te vender pra você me pagar com a produção delas. Falei: tá doido, agora de que jeito..., eu falei: vou pensar. No outro dia, ele foi lá no serviço aonde eu tava: “e daí compadre, já resolveu?” Falei: não vai dar compadre..., “ah, mas por quê?” ...num vai dar porque se eu arrendar um campo eu tenho que botar uma pessoa lá pra cuidar desse gado, essa pessoa que ficar lá tem que ganhar, eu ganho um salário, como é que eu vou repartir esse salário pra ele, ele vai querer um salário pra ele. [*nesses trechos, o entrevistado relata sempre num tom irônico*] Ele deu uma risada e ficou quieto.

Nesse trecho, o narrador mostra um campo de combates onde se confrontam o empregado que domina e faz funcionar os serviços da produção e do outro lado o proprietário da fazenda que no gerenciamento dos bens e serviços, determina as funções e atividades de cada empregado. Talvez por julgar sua mão-de-obra imprescindível pela experiência que adquiriu tanto na produção de aguardente quanto nas lides diárias da Jacobina, seu Matias resolveu *dar o troco* ao destrato do filho apresentando a carta de demissão ao patrão. Pensando no *prazer em alterar as regras do espaço opressor*, é possível que a decisão tenha passado pelo crivo da insubstituição pensando num declínio da produção, pois reproduzindo um diálogo com Vitório ele relatou: ‘você

entende bem desses troços aí, conhece tudo isso aí? aí eu disse: conheço tudo aqui; não só aqui dentro como aí por fora eu conheço tudo. E descrevendo a rotina de trabalho, diz com firmeza: eu era o foguista, eu mesmo era o maquinista e tal..., qualquer coisa de carpintaria, quando precisava consertar um carro..., que naquele tempo era só carro de boi, puxado a boi...; ah, aquele carro quebrou, num sei o quê..., lá vai eu arrumar aquele carro, e era assim...

Continuando a relatar essa dinâmica dos jogos de forças, o entrevistado dar a conhecer as invencionices que observa até mesmo na conduta da mulher do patrão:

Bom, quando foi no dia dois de janeiro, eu falei: hoje eu não vou fazer nada. Fiquei amuado lá. Aí, o João Periquito, que era o capataz, passou: “como é Matias, vamos?” Falei: não, hoje eu não vou. Aí, fiquei andando lá pela oficina, uma coisa ou outra... Aí, a comadre Maria, de lá, falou: “vai chamar compadre Antonio lá pra mim”; aí me chamaram e eu fui lá. Aí cheguei lá: o quê que é? “Ah, compadre, quero que o senhor dê uma olhada na minha máquina aí, parece que tá ruim”; [o entrevistado imita a voz da comadre e fala com um riso irônico] - a máquina boa, boa, parece que era desculpa mesmo! -, me deu o óculos e coisa e tal, e eu espiando daqui, aperto um parafuso, afrouxo um outro, não sei o quê, vou daqui e dali, aí a correia da máquina tava meio frouxa, eu cortei, furei ela, botei o grampo mais apertado, e ela falou: “ah, agora sim!, tá outra coisa!”. [risos] Aí, eu aproveitei, falei, pra ela: o compadre Vitório vai poder me arrumar condução pra me retirar, ir embora? “Que dia é que o senhor quer ir?” Falei: o negócio..., a carta tá marcada pro dia 25 de dezembro, hoje já é 02 de janeiro, né?; aí, ela falou: “ah! ele vai arrumar, fala com ele que ta lá no bolicho. Aí eu fui lá. Falei: ou compadre eu vim ver se dá pro senhor me arrumar uma condução pra me retirar? Ele falou: “Uai, que dia é que você quer ir”? Falei: uai, mas não tá marcado pro dia 25 de dezembro, na carta? “Hum hum, é certo. Uai, eu já tinha até esquecido, sério mesmo!” Daí falou: “segunda-feira. “Na segunda-feira eu mando encostar o carro lá na porta, aí você vai.”

Esse trecho da narrativa revela o tom matreiro com que o depoente decodifica as atitudes do casal-patrão que lhe era um tanto quanto familiar. Em todo o relato, seu Antonio Matias se mostra uma pessoa de ponderação, que compreende bem as artimanhas da vida e das relações humanas e, de forma decisiva, age quando julga necessário. No itinerário de vida que traçou, sua narrativa desenha uma paisagem de ações e sentimentos que estão postos os valores morais, as condutas humanas, os comportamentos sociais, os desejos, as percepções de mundo, os encontros, os desencontros, as outras pessoas e, sobretudo, o mundo de si mesmo. Também se faz presente os tempos e os espaços que emergem as experiências simbólicas com as quais ele opera suas relações interpessoais.

A narrativa de seu Antonio apresenta uma compreensão das teias de sociabilidade demarcadas pelas artes inventivas do convívio entre ele e as outras pessoas. A peça narrativa não se delimita apenas pela oralidade do depoente, mas

também pelas múltiplas linguagens corporais passíveis de decifrações ou não. O relato oral tem um desenho próprio que impõe uma força extraordinária ao narrador, sobretudo, porque produz uma estética corporal. Aprender subjetividades dos ecos da narrativa significa lidar também com a ressonância dos gestos, dos olhares, da entonação e encenação de vozes, dos silêncios, das reticências, dos risos, das feições, porque incorporam simbologias. O falar encena a vida, a escrita representa.

É nesse mundo de mestres e aprendizes que seu Antonio Matias se revela para si e para os outros, encenando as feições de seus tempos, tecendo quadros de sua existência que são adornados por ensinamentos singulares. Na sua linguagem usual, ele vai dando forma e cores aos episódios que viveu, ao mesmo tempo que atribui significações àquilo que escolheu para contar.

A narrativa de seu Matias, vez por outra, é acompanhada por um riso maroto que se anuncia como quem tem uma autoridade sobre a memória de um tempo especial e de uma vivência que é pessoal, mas constituída, sobretudo, nas múltiplas cenas e cenários com as outras pessoas e nos vários combates pela vida. Ele assimila o substrato de si mesmo e quase que numa linguagem de sábios, o materializa nas expressões da fala, dos gestos, das atitudes e das feições.

Finalizando, não basta acessar os retalhos do passado que a memória recolheu. O narrador não se basta disso e nem esgota seus ouvintes pela sua verbalização porque incorpora um encanto, uma satisfação extraordinária aos contos que conta. Invariavelmente, esse encanto faz parte da silhueta dos depoentes-narradores que aparece no impacto das falas, na forma como articulam as marcas das experiências vividas e na fluência das histórias que enredam. Como afirma Thompson (1992, p. 337), *a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.* Por essa percepção, é possível afirmar que a vida humana é uma experiência histórica que se vive com o corpo e com a alma, circunscrita nos sentimentos da memória de homens e mulheres que conferem sentidos as suas vidas e aos espaços da cidade.

XXX

Referência Bibliográfica

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

FEREIRA, Amauri Carlos e GROSSI, Yonne de Souza. *A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios*. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº07, Junho de 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Experiência e narrativa: as cidades entre personagens, relatos e memórias*. [paper], 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Usos da memória e do esquecimento na História*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 22 – Literatura e Autoritarismo – UFSM, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.05, n. 10, 1992.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes documentais

Entrevista com Antonio Matias, em sua residência. Cáceres/MT, em 09/03/2006.

Entrevista com Glicéria do Couto, em sua residência. Cáceres/MT, em 04/08/2005.

Entrevista com Renato Vidal Garcia, em sua residência. Cáceres/MT, em 14/09/2006.

Entrevista com Zaira Catelan Castrillon, em sua residência. Cáceres/MT, em 08/02/2006.